

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO WAIÃPI: REIVINDICAÇÕES INDÍGENAS VERSUS MODELOS DE ESCOLAS

GALLOIS, DOMINIQUE TILKIN

97ST0634

Antecedentes Os Waiãpi tem apenas vinte anos de contato regular com a sociedade brasileira e, comparativamente com outros grupos étnicos, não apresentam crise demográfica, cultural ou territorial, mas constante ameaça de verem esse quadro alterado. A vulnerabilidade maior situa-se, atualmente, na recusa, por parte de vários setores da sociedade regional e nacional, em apoiar suas iniciativas para controlar e explorar, de modo autônomo, os recursos naturais de sua terra. Os Waiãpi pretendem efetivamente tornar-se produtores - de cupuaçu, de ouro, de artesanato - e com isso atender, de modo menos dependente, às necessidades de consumo que adquiriram com o contato. O modelo assistencialista defendido pela maior parte das organizações oficiais que se relacionam com os índios, constitui um entrave no processo de conquista da autonomia, que os Waiãpi sabem estar diretamente relacionado com seu aprendizado das coisas dos brancos. Uma instrumentalização que eles exigem da escola, dos cursos, dos professores. Enfim, do ensino formal que foi introduzido em suas aldeias nos anos 80, inicialmente por agências que justamente não priorizam em seu modelo de escola, a transmissão de instrumentos para a autonomia: as missões religiosas fundamentalistas e órgão tutor, Funai. O projeto de educação do CTI iniciou-se entre os Waiãpi em 1992, a pedido de líderes Waiãpi, insatisfeitos com a escola que SIL, MNTB e Funai estavam tentando implantar em algumas aldeias da área. O pedido dos índios era o de formar professores indígenas que pudessem, a longo prazo, trazer a autonomia do grupo étnico face ao modelo convencional da escola formal, pouco adequada às necessidades que eles não viam atendidas nos 5 anos de experiência anterior. Os Waiãpi, que sabem estar agora em contato irreversível com o restante da sociedade brasileira, desejavam antes de tudo aprender coisas dos brancos.

Condições para a construção da autonomia

Atingir os jovens e suas expectativas

Os programas que o CTI implantou na área Waiãpi (controle territorial, vídeo nas aldeias, educação, atividades produtivas) tem como alvo principal, os jovens. Para isto, contamos com o apoio declarado da geração mais velha, que espera que os jovens possam fazer tudo sozinhos. É com esta expectativa que os líderes planejam o futuro das novas gerações, que devem se tornar professores, enfermeiros, motoristas, mecânicos, médicos de plantas, secretários, todos Waiãpi. É o resultado que eles esperam de nossa atuação, centrada no treinamento dos jovens no controle de técnicas antes dominadas pelos não-índios: dar aulas às crianças, dirigir os veículos, manter os motores de popa, comprar e distribuir cotas de combustível, vender a produção extrativista, escrever projetos para adquirir suprimentos para as aldeias...

A nível técnico, o aprendizado de novos instrumentos não representa um problema para os jovens. A nível da execução, no entanto, eles enfrentam imensas dificuldades, relacionadas aos condicionantes sociais e políticos tanto internas quanto externas, que merecem ser pelo menos mencionados:

Internamente, porque a expectativa de fazer tudo sozinhos declarada pelos velhos não significa por parte deles uma adaptação das formas tradicionais de tomada de decisão, nas quais os jovens tem voz e espaço extremamente reduzidos. Estes se queixam permanentemente das dificuldades dos velhos em entender - e portanto aceitar - sua expectativas de participar mais diretamente de decisões que lhes dizem respeito, especialmente no que diz respeito à alocação de tempo. Mas, justamente por terem clareza da origem cultural deste conflito de gerações, eles não estão dispostos a romper - por respeito mas também por comodismo - com o jeito Waiãpi. Eles raramente insistem em impor alternativas para as quais eles foram treinados ou para as quais eles pelo menos adquiriram conhecimentos suficientes.

Outras dificuldades estão relacionadas ao modelo assistencialista vigente: a prática indigenista local da FUNAI e/ou das diversas agências estatais que atuam na área de educação e saúde, não prioriza nem a autonomia, nem - e portanto - a formação dos índios. À diferença das ONGs, essas agências se sentem responsáveis, para sempre, pelo bem estar dos índios, que continuam sendo vistos como assistidos. A confrontação cotidiana deste modelo com as expectativas e diretrizes de nosso programa na área cria uma dificuldade suplementar para os jovens que nos propusemos à formar: quando nossas exigências lhes parecem demasiadamente pesadas, eles optam pela posição de assistidos, deixando de executar ou de assumir as tarefas para as quais já estão, pelo menos tecnicamente, preparados. Como se verá adiante, as ambiguidades na posição assumida pelos jovens Waiãpi prejudicam sensivelmente o progresso de nosso programa dentro do modelo de escola atualmente existente na área. Não só esta escola ainda não está sob controle dos Waiãpi, como também os jovens que estamos formando não conseguem se impor como professores suficientemente preparados para treinar, na escola, os conhecimentos que lhes propiciamos.

Finalmente, parece-nos importante ressaltar que a complexidade desses condicionantes internos e externos exige de nossa parte um monitoramento não só intenso como ininterrupto. Este é o dilema: teremos nos próximos anos condições para contrinuar apoiando os jovens no difícil aprendizado da autonomia?

Exclusividade na exploração dos recursos de sua terra

Em maio de 1996, os Waiãpi concluíram a demarcação de sua terra que foi homologada com uma extensão de 601.000 há. A intensa participação indígena foi a meta central desta experiência de auto-demarcação e representa um ganho importante para nosso programa de capacitação de jovens Waiãpi. De fato, eles puderam testar os conhecimentos que já obtiveram e sobretudo identificar outras demandas de informação e formação. Foi a oportunidade de experimentar e selecionar novas formas de organização (no introsamento interno e externo das equipes de trabalho, na distribuição e gestão de suprimentos, etc...) e de alternativas produtivas (especialmente os plantios agro-florestais e o viveiro). Foi uma oportunidade de incrementar a capacitação da comunidade - e especialmente dos jovens - para a auto-gestão de suas atividades produtivas, tanto em termos instrumentais quanto políticos.

Assimilação de novas formas de representação: o Conselho das Aldeias Waiãpi

Os Waiãpi criaram, em agosto de 1994, o Conselho de Aldeias Waiãpi, também denominada APINA (nome de um sub-grupo da etnia lembrado pela sua valentia na guerra: eram os Waiãpi que flechavam longe). O Conselho reúne praticamente todos os chefes de famílias extensas, que escolheram uma diretoria composta de 7 representantes das principais aldeias da área.

A criação de uma associação vinha sendo discutida há dois anos, com a expectativa de reorientar o relacionamento com as agências que atuam na área e como forma de garantir uma representação mais direta da comunidade junto às autoridades. Mas, como muitas outras associações indígenas, a APINA surgiu de interesses mais pragmáticos que propriamente políticos. Os Waiãpi estão interessados em garantir formas diretas de captação de recursos e equipamentos, que não seriam mais da Funai, ou controlados pelas instituições (inclusive o CTI) que atuam na área.

De nossa parte, interessava-nos apoiar esta prioridade pragmática, positiva no contexto do programa de formação à auto-gestão à que nos dedicamos. A criação da APINA é também uma medida de resultados: os secretários das aldeias e o tesoureiro são os rapazes que estamos formando desde 1992; as atividades (produtivas e de representação política) que a APINA deseja promover são as que estamos orientando. Como descrito abaixo, orientamos o conteúdo dos cursos para temas relativos à gestões futuras da APINA: a elaboração de um projeto a ser encaminhado para obtenção de financiamento, a administração de um fundo de artesanato, etc... Aumentou, desta forma, nossa responsabilidade frente aos chefes de aldeias (que formam o

Conselho): o sucesso dos empreendimentos da APINA dependerá da atuação dos jovens motoristas, mecânicos, professores, etc... cuja formação devemos acelerar e diversificar.

Metas atuais do programa de educação entre os Waiãpi

- 1- dar aos Waiãpi instrumentos básicos para controlarem melhor suas relações com os agentes de contato: o governo, os missionários e toda a população regional;
- 2- dar parâmetros para os Waiãpi compreenderem e utilizarem os instrumentos jurídicos que lhes dão garantia de defenderem e preservarem o território onde habitam;
- 3- alfabetizar as crianças na língua materna, operar a transição para o português e garantir a continuidade dos seus estudos;
- 4- demonstrar aos Waiãpi seu direito de se fazerem representar com dignidade e autonomia perante a sociedade brasileira.

Desde 1992, alguns desses princípios conseguiram mostrar resultados positivos, graças à forma como vem sendo encaminhados os cursos de formação dos professores, que acabam por repercutir positivamente em aspectos mais gerais da vida comunitária.

O item 2 é um deles. A Terra Waiãpi foi demarcada, com apoio financeiro internacional e intensa participação dos índios no processo de definição, delimitação e demarcação física, reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro. Os professores índios em processo de formação tiveram um papel muito importante como intermediários dos técnicos da demarcação e as lideranças indígenas mais velhas, orientadoras do processo demarcatório.

Quanto ao item 4, pode se considerar que o APINA, Conselho das Aldeias Waiãpi, integralmente administrado pelos jovens professores, sob controle dos mais velhos e apenas com assessoria técnica do CTI, representa um dos sinais mais explícitos da mobilização dos índios no gerenciamento de questões até pouco tempo fora de seu controle: a comercialização do artesanato e da pequena produção mineral da comunidade. Os itens 1 e 3 ainda tem uma longa marcha pela frente e, em função disso, é que ainda julgamos necessário um apoio de longo termo ao trabalho de educação escolar formal realizado pelo CTI junto aos Waiãpi. Por tratar-se de um grupo com altíssimo nível de monolinguismo em língua materna, os professores indígenas em formação não controlam ainda todo o processo de alfabetização; esta é uma meta que não será atingida à curto prazo. Esses professores Waiãpi ainda não se encontram suficientemente habilitados na prática de ensino para assumirem a tarefa de alfabetizarem sozinhos as crianças na língua materna, sem acompanhamento permanente, e também não tem domínio suficiente do português e da matemática para garantirem a continuidade da pós-alfabetização em português daqueles alunos, sem a participação de professores não-índios. Consequentemente, o nível de autonomia desejado em relação aos agentes de contato ainda é limitado. Os Waiãpi ainda dependem de agencias governamentais (ou não) para receberem atendimento de saúde, o comércio local desvaloriza e paga mal pela produção material da comunidade, e os missionários continuam interferindo nas crenças de determinadas facções Waiãpi, que confundem autonomia com abandono do esquema paternalista da dependência material.

O Projeto de Educação Waiãpi tem assim como meta a continuidade da perspectiva de orientar os índios em busca da autonomia, tornando mais diversificado seu âmbito de atuação junto aos brancos. Os Waiãpi tem expressado o desejo de aprofundar seus conhecimentos de como lidar com a nossa sociedade para, de fato, fazerem tudo sozinhos, como já antevia em 1983 o líder Kumai, sentimento só agora compartilhado por outros membros da sociedade Waiãpi. O atual quadro político do Amapá, cujo governo apoia suas minorias étnicas e preocupa-se com a questão ambiental favorece uma atividade junto aos Waiãpi, de repasse sistemático de informações para que:

- 1- controlem os serviços assistenciais, sobretudo na área de saúde, incluindo seus aspectos operacionais e administrativos (saber quanto custa essa assistência e participar de sua potencialização);
- 2- fortaleçam o gerenciamento de suas gestões políticas no contexto do contato, através de suas atividades de fiscalização territorial, suas atividades econômicas (agrosilvicultura, garimpagem de ouro, em formato sustentável) ou seus projetos culturais (construção de um conceito de diferença cultural).

Para dar continuidade ao programa de formação de jovens Waiãpi e capacitá-los a assumir não apenas as escolas de suas aldeias como a gestão de projetos econômicos, culturais e políticos de seu povo, colocamos como metas de trabalho nos últimos dois anos:

- 3- a realização de um mínimo de três Cursos de formação anuais para os professores indígenas e o incremento de treinamentos informais direcionados à auto-gestão de programas de interesse da comunidade, especialmente os de responsabilidade do Conselho das Aldeias / APINA, atingindo, assim, um número maior de jovens Waiãpi; dar início a formação de agentes de saúde indígenas e à uma nova turma de jovens que também incluirá futuros professores;
- 4- manter um diálogo estreito com as comunidades locais para incitá-las à avaliar e controlar o trabalho dos jovens no manejo de técnicas dos brancos; para isso, dar continuidade ao acompanhamento antropológico e pedagógico das atividades de educação formal nas 4 (e desde meados do ano, 5) escolas existentes na T.I Waiãpi, incrementar a supervisão dos trabalhos dos professores indígenas e do aprendizado de seus alunos e dos trabalhos realizados pelos jovens nos projetos do APINA (oficina, artesanato, algodão, etc...).
- 5- a elaboração, distribuição e implantação de materiais didáticos adequados às metas acima e às necessidades das escolas da área;
- 6- incrementar a parceria com o Núcleo de Educação Indígena / NEI, vinculado à Secretaria estadual de Educação, no sentido de fortalecer diretrizes conjuntas de trabalho, incluindo em particular a elaboração de um currículo escolar adequado à escola Waiãpi e a capacitação dos professores não-indígenas que atuam nas aldeias.

Cursos e treinamentos informais

Os jovens da primeira turma que este programa formou já controla satisfatoriamente os instrumentos de seu aprendizado para apresentação de suas necessidades, em termos de argumentação, seleção de prioridades no planejamento das ações, questionamento e avaliação.

A temática básica dos cursos foi sempre orientada para questões que mais preocupam os Waiãpi: a elaboração, apresentação e gestão de projetos econômicos (em andamento ou previstos), em especial os projetos do APINA que os líderes incumbiram os jovens de administrar (artesanato, obtenção de recursos para manutenção dos equipamentos coletivos, etc...). Esse tema é particularmente adequado ao ensino do português e da matemática, as duas matérias básicas dos cursos.

No que diz respeito ao português, as aulas e a produção de materiais continuou se concentrando nos conteúdos que visam propiciar aos alunos uma reflexão a respeito da diferença entre oralidade e escrita. Este é uma característica essencial dos Cursos do CTI, nos quais insistimos, e estamos obtendo resultados, em conscientizar os Waiãpi de que suas dificuldades não se atêm à incapacidade ou deficiência no conhecimento da língua portuguesa, uma segunda língua que a maioria deles compreende desde a infância, mas à manipulação das diferenças entre a estrutura da expressão oral e as múltiplas estruturas da escrita, que lhes é culturalmente alheia; o fato de trabalharmos com eles exclusivamente em português - que é a língua que eles desejam dominar - nos permite conceituá-la como segunda língua, outra língua, evitando assim qualquer tentativa de tradução de uma língua para a outra, seja em termos de estrutura, seja em termos de conceitos. De fato, o ponto problemático no aprendizado dos Waiãpi relaciona-se às formas de expressão, tanto orais como escritas, da língua portuguesa, completamente diversas das formas de transmissão de conhecimento na cultura

oral de seu povo. O objetivo, enfim, é trabalhar essas diferenças em todos os cursos, até que obtenham maior desinvoltura no uso da língua portuguesa.

Os exercícios que repetimos ad nauseam com os alunos visam portanto:

- diferenciar os aspectos formais do discurso oral e escrito;
- diferenciar os aspectos formais do discurso direto e indireto na forma escrita;
- perceber as diferenças entre carta, bilhete, relatórios, atas, resumo, relatos ou narrativas diversas, diálogos formais e informais, etc...

No que diz respeito à matemática, trabalhou-se basicamente com problemas matemáticos extraídos das necessidades dos projetos e/ou gestão de recursos já realizados pelos Waiãpi, com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão do uso da matemática. De fato, na escola oficial das aldeias, os Waiãpi são acostumados apenas à fazer contas nas aulas de matemática - e eles são muito bons nisso - mas nunca são treinados a refletir sobre a utilidade e o contexto de utilização dessas contas.

As aulas e materiais produzidos visaram portanto possibilitar aos Waiãpi compreender - para depois aplicar - as diferentes utilizações da matemática na vida do branco, selecionando-se em particular os usos que eles também desejam dominar: uso do dinheiro, cálculo de preços, contabilidade de despesas, livro caixa, etc... Ou seja, mais que nos esforçarmos em explicar a origem da matemática - vertente cara à alguns etno-matemáticos - nos concentramos em questões mais instrumentais que nos permitem excluir, como explicamos acima no caso do português, tentativas equivocadas de adaptação do sistema de contagem existente em sua cultura para o nosso sistema, ou vice versa. Aliás, é por este motivo que as aulas de matemática do VI Curso foram introduzidas pelo tema da diferença. As respostas dos Waiãpi ao exercício que apresentamos abaixo é revelador das dificuldades de transposição de um sistema de contagem para o outro.

Exemplo de exercício utilizado no VI Curso:

Encontrar 6 diferenças entre o calendário do branco e o calendário Waiãpi. Usar a palavra DIFERENÇA na resposta.

Respostas:

- 1) O calendário dos Waiãpi é diferente do calendário dos brancos. Os Waiãpi só pensam na cabeça, por exemplo, a lua está crescendo, aí ele vai para outra aldeia, fala para a mulher: eu vou chegar aqui quando a lua estiver cheia, aí tem que fazer caxiri.
- 2) Os brancos não são assim, só marcam no calendário números, por exemplo: eles foram para a aldeia aí eles falam para suas esposas: eu vou chegar aqui no dia 24 de setembro.
- 3) Nosso calendário é diferente, marca o tempo, do verão que é bom para pescar, é bom para andar no mato, é quando a queixada está muito gorda.

Antes de especializarmos os cursos, não conseguíamos atender satisfatoriamente o incremento da demanda dos Waiãpi pelo repasse sistemático e formalizado de informações das mais variadas no que toca ao controle de suas relações de contato. Tentávamos suprir esta demanda, sem nunca esgotá-la, em contextos informais (no cotidiano das relações com a base do CTI em Macapá, ou nas visitas de acompanhamento que a equipe realiza nas aldeias) ou nas oportunidades de treinamentos formais (cursos). A alternativa foi aproveitar essas oportunidades para suprir emergencialmente suas demandas, descontruindo-as na forma de temas para os cursos (por exemplo: o fundo do artesanato, o fundo de combustível, etc... viraram exercícios de matemática, enquanto as relações com diferentes órgãos estaduais viravam aulas de português). A adequação foi interessante, porém, insuficiente.

Nossa meta, agora, é manter a especificidade de cada tipo de treinamento, destinando conteúdos específicos para cada evento: cursos de prática de ensino, em que se lida apenas com temas adequados à sua formação enquanto professores; cursos de gestão, oficinas de materiais atendendo ao conteúdo curricular, etc... Os dois últimos cursos conseguiram esta indispensável separação, dividindo conteúdos em períodos específicos.

Diretrizes para o ensino formal nas escolas das aldeias

A escola representa, para os Waiãpi, um lugar para apropriação de conhecimentos instrumentais complementares ao seu sistema de educação tradicional. As informações e conteúdos introduzidos na escola formal não suplantam nem inviabilizam a continuidade dos processos de educação tradicional que são transmitidos fora da escola. Por este motivo, o programa básico para a escola Waiãpi deve priorizar a apropriação e o uso da língua portuguesa e da matemática.

Dentre as principais motivações que levam os índios a exigir uma escola que defenda seus interesses, podemos citar: um melhor controle de suas relações com agências assistenciais e de representantes da população regional com quem mantêm contato; a defesa de seu território de forma a compreenderem e utilizarem os instrumentos jurídicos que dão legitimidade à essas terras; a proteção contra a exploração a que são submetidos nas transações comerciais; a transmissão, dentro de suas próprias comunidades, da técnica da alfabetização e de todo o processo de ensino subsequente; impor-se ao mundo dos brancos e obter dos diversos setores da sociedade nacional um tratamento mais digno.

O programa básico da escola Waiãpi caracteriza-se como um ensino não seriado.

Este currículo não seriado foi pensado em função das peculiaridades inerentes a uma escola indígena. Na medida em que o cotidiano de uma aldeia está intimamente relacionado com um calendário vinculado às atividades de subsistência e extrativas, é necessário prever que a frequência na escola é proporcional à estas atividades. Portanto, ao invés de cada ano letivo se relacionar com as séries, determinou-se que o que equivale às séries do primeiro grau das escolas convencionais deverá, na escola Waiãpi, denominar-se etapas.

O programa básico da escola Waiãpi prevê 5 etapas que devem ser cumpridas no prazo mínimo de três anos. É muito importante considerar que os conceitos e práticas escolares aos quais os alunos serão iniciados durante essas etapas representam uma total inovação em relação às formas tradicionais de conhecimento na sociedade Waiãpi. Por este motivo, a sua apropriação será necessariamente mais lenta, exigindo um prazo mínimo de três anos para ser corretamente fixada.

Este programa básico inclui a alfabetização na língua materna e a introdução ao aprendizado da língua portuguesa, que deve ser concebido como o ensino de uma segunda língua.

O conteúdo mínimo a ser ministrado nas escolas Waiãpi divide-se em 5 etapas, que vão desde a alfabetização na língua materna até a pós-alfabetização na língua portuguesa. A última etapa corresponde à uma transição para o ensino formal. O conteúdo das etapas seguintes não se encontram detalhadas nesta proposta mas poderão ser elaboradas conjuntamente ao NEI; se, superadas as 5 etapas abaixo, o aluno da escola indígena estará apto a cursar o nível da 3a. série do primeiro grau, isso não significa que o currículo convencional utilizado neste nível escolar deva ser aplicado à escola Waiãpi. É indispensável elaborar uma proposta adaptada não apenas à realidade cultural, mas aos interesses dos Waiãpi, para quem a escola representa, essencialmente, o lugar para a apropriação de conhecimentos e técnicas da sociedade envolvente, que lhes servem de instrumentos para garantir sua autonomia.

O programa básico da escola Waiãpi deve envolver a participação de professores indígenas, que se responsabilizarão pelas duas primeiras etapas. No entanto, como ainda não completaram sua formação, deve-se garantir lhes uma formação continuada, sob responsabilidade dos professores não-índios do NEI e com assessoria do CTI.

A maior parte dos alunos do Curso de Formação de Professores Waiãpi (iniciado em 1992 e atualmente no seu X treinamento) estão capacitados a ministrar os conteúdos das duas primeiras etapas do programa. Se os procedimentos da alfabetização na língua materna devem ficar sob sua exclusiva responsabilidade, eles

deverão fazê-lo sob supervisão e com apoio dos professores não-índios, especialmente para o controle formal da sistemática de aulas (correção nos cadernos, registro no diário de aulas, etc...). Esses professores indígenas, que não completaram sua formação enquanto docentes, ainda são alunos da escola e devem ter oportunidade de completar todo o ciclo previsto neste programa básico. A maior parte deles está apto a cursar as etapas do ciclo seguinte, que deverá ser elaborado o mais breve possível, inclusive com sua colaboração.

Metas atingidas e problemas encontrados

Especialização na capacitação dos jovens

Há algum tempo, ficou clara a necessidade de especializar nossas atividades didáticas junto aos Waiãpi. Isso exigiria de nossa parte multiplicar os treinamentos, que seriam direcionados à cada uma das principais demandas dos Waiãpi, de modo a obtermos um ganho não apenas na qualidade, mas no ritmo de apropriação dos instrumentos que os Waiãpi desejam dominar para um futuro mais autônomo.

No período, obtivemos bons resultados nesse sentido, na medida em que também os Waiãpi se especializaram... Apesar da pressão dos chefes de aldeias que gostariam contar com jovens dotados de todas as capacidades dos brancos, ficou claro, agora, para os jovens com os quais nos relacionamos que individualmente, que cada um deve escolher entre diferentes tipos de formação: a de professores, a de agentes de saúde, a de administradores (embaixadores), a de mecânicos ou motoristas, etc... Este resultado só poderia ser alcançado no atual estágio do nosso programa, quando uma primeira turma de rapazes já assimilou a primeira fase de formação geral (domínio da língua portuguesa oral e escrita e da matemática básica). O principal resultado da aceitação da necessidade de uma especialização - por parte dos jovens e de suas famílias - é de que a próxima turma de jovens a ser formada já entrará nos treinamentos com um destino mais definido: ser professor, ou ser enfermeiro, ou ser administrador, etc...

Este é um passo muito importante no processo de autonomia levado adiante pelos Waiãpi. Porque representa um marco significativo no conjunto das mudanças - de caráter social, político e cultural - que acompanha necessariamente a conquista da autonomia. Se os chefes efetivamente desejam que os jovens se virem sozinhos nos assuntos antes controlados pelos brancos, eles admitem agora que esses jovens devem aprender a dominar mais sistematicamente as técnicas necessárias à atividade que se propõem realizar: ensinar a escrita e as primeiras contas às crianças, ou cuidar da saúde, ou da oficina, ou da conta bancária da comunidade, etc... Um motorista não poderá ser ao mesmo tempo professor, um enfermeiro não poderá também ser motorista, etc... Isso por um motivo muito simples: além da atividade em questão, cada um dos jovens deve manter-se disponível para atividades que caracterizam o modo de vida Waiãpi. Ou seja, por mais estranho que possa parecer aos adeptos da manutenção da não-especialização tradicional nas sociedades indígenas, nós insistimos muito nesta indispensável seleção, para evitar o surgimento de funcionários waiãpi polivalentes, responsáveis por todo um conjunto de atividades relacionadas ao mundo dos brancos, que, por falta de tempo (e de prática) acabarão se desligando totalmente do modo de vida de seus familiares. Em nossas discussões, nas aldeias e fora delas (com as demais agências de intervenção que atuam na área), sempre insistimos no caráter limitado desta especialização instrumental - direcionada ao controle de técnicas de manejo das coisas dos brancos - que não deve inviabilizar a participação dos jovens nas atividades cotidianas de suas aldeias. Aliás, até hoje, não há especialização entre os Waiãpi: todos, inclusive os jovens, sabem e fazem casa, caçam, pescam, derrubam roças, etc... Assim, o que procuramos deixar claro aos Waiãpi é que não será a especialização adquirida no manejo da escrita, no uso de remédios da farmácia, no conserto de um motor, na contabilidade do fundo de artesanato ou do programa algodão, etc... - que irá repercutir em mudanças drásticas no modo de vida próprio, que eles pretendem preservar. É por este motivo que procuramos sempre nos apoiar nos mais velhos: mudanças não desejáveis serão evitadas enquanto durar o controle, pelos velhos, do uso desses novos instrumentos para finalidades coletivas ou pelo menos de interesse das comunidades locais. Enquanto durar também a cobrança dos mais velhos na participação dos jovens nas atividades tradicionais das aldeias...

Dificuldades nas relações com órgãos assistencialistas

Retomando pontos críticos já mencionados acima, vale ressaltar as dificuldades que encontramos desde o início do programa com a falta de compreensão, aceitação e, sobretudo, de bagagem teórica e de experiência, disponível pelos agentes de órgãos estaduais de educação, no que toca à diferença de uma escola indígena. Essas limitações tem reflexos evidentes sobre a capacidade dos funcionários do NEI/AP e sobretudo da SEEC em auxiliar os Waiãpi nos seus progressos não apenas de conhecimento mas de controle dos brancos.

Os funcionários do NEI continuam não entendendo as demandas dos índios quanto à uma escola instrumental, ao aprendizado de uma segunda língua, a necessidade de adequação dos materiais didáticos, etc... Obtivemos em 1996, como resultado de nossa insistência nos últimos dois anos e sob a condição do atual governo estadual estar declaradamente interessado nas minorias, alguns avanços nessas posturas: A supervisão das escolas indígenas produziu (uma única vez !) um relatório que nós foi submetido;

Um interesse (por enquanto apenas declarado) na utilização dos materiais didáticos produzidos pelo CTI; os professores não-índios entretanto, continuam, na prática, utilizando qualquer material, de preferência aqueles que eles já conhecem por ter utilizado na cidade....

A aceitação da necessidade de cursos de formação dos professores não-índios, para os quais fomos convidados; tomamos a iniciativa de realizar um curso, em dezembro de 1996, esperando que esta atividade seja depois assumida pelo NEI, que até hoje não se manifestou no que diz respeito à continuidade dos treinamentos;

Convite para assessorar a formulação do currículo da escola Waiãpi, que tínhamos encaminhado em 1995 ao NEI e que foi recentemente aprovado em moldes aceitáveis ...

Outras iniciativas contrariaram totalmente as expectativas de aproximação. Cito apenas uma:

A constituição de um Conselho Escolar Indígena, criado às pressas, sem ter repassado aos índios informações suficientes; esse conselho é no momento coordenado por uma das professoras do NEI sobre o trabalho da qual os Waiãpi tem muitas reticências.

A meta de curto prazo será de manter nosso esforço para apresentar enfaticamente as demandas dos Waiãpi e do CTI ao NEI, tentando obter colaboração e respeito às diretrizes de trabalho desenvolvido na área. A começar pela participação dos professores não-índios nos Cursos do CTI, apesar de sua irregularidade (não podem ser devidamente encaixados num calendário organizado em moldes burocráticos). E pela exigência de uma capacitação adequada dos professores não-índios, que continuam circulando nas aldeias num ritmo acelerado de substituição, férias, não-adaptação, desistência.

Inoperância da escola formal nas aldeias

O segundo aspecto contextual, externo, que afeta nosso programa é a descontinuidade e baixíssima qualidade do ensino propiciado aos Waiãpi nas escolas mantidas pelo Núcleo de Educação Indígena / NEI do estado do Amapá.

Não encontramos, até hoje, soluções para este problema. Assessores de nosso programa (Marina Kahn) e do Comitê de Educação Indígena do MEC (Luis Donisete Benzi Grupioni), em diversas oportunidades, orientaram os responsáveis do NEI-AP no sentido de reorientar radicalmente as atividades desempenhadas por professores do estado naquelas escolas. Apesar de termos tido esperanças de que isto acontecesse, nada mudou.

Por este motivo, chegamos a nos posicionar a favor do fechamento daquelas escolas, enquanto não forem totalmente reestruturadas. Na prática, é o que acabou acontecendo nos últimos dois anos, uma vez que as intensas atividades dos Waiãpi na demarcação inviabilizou o calendário das escolas do NEI-AP. No nosso entender, entretanto, se adaptassem o calendário (organizado em função dos interesses dos professores não-índios e não das atividades dos Waiãpi) as escolas do NEI-AP poderiam ter funcionado melhor durante a demarcação. Isso, aliás, aconteceu na aldeia Mariry. Nesta aldeia como nas demais, por diversos períodos, jovens e crianças voltavam das frentes da demarcação para aguardar as aulas. Este interesse é condizente com nossa avaliação de que as expectativas dos Waiãpi em relação ao aprendizado escolar continua crescendo.

Um risco: de jovens especializados à jovens assalariados

Assim, a equipe do CTI é a única - no panorama das demais instituições locais - a defender esta diretriz, resultado de um cuidadoso processo de avaliação das mudanças culturais em curso e de discussão com os

Waiãpi. Num estado, o Amapá, dominado por um estilo de vida de funcionário público, é significativo que os agentes das instituições assistencialistas que atuam na área Waiãpi mantenham um discurso de funcionários - e frontalmente oposto ao do CTI - : o discurso dos salários.

Este discurso é também típico de instituições despreparadas - ou desinteressadas - em apoiar os processos de autonomia indígena, que necessariamente passa pela tão falada - mas raramente praticada - diferença cultural. Para qualquer observador minimamente entendido na questão indígena, os Waiãpi são um povo que ainda mantém sua estrutura social tradicional, no sentido em que os sistemas de produção, distribuição, etc... preservam um equilíbrio de relações interpessoais em que as atividades dos jovens estão totalmente vinculadas às relações que eles mantêm com os mais velhos: seus pais, seus sogros, etc... De nossa parte, acreditamos fundamental preservar este domínio dos velhos sobre os jovens, evitando que eles deixem de se dedicar ao sistema de produção tradicional, disvirtuando o conteúdo das relações de qualidade (cfr. Flora Dias, 1997) que caracterizam a vida waiãpi.

Este não é o pensamento nem da Funai (cuja Administração Regional nada tem a oferecer em termos de processos educacionais nas aldeias), nem da SEEC (de onde são recrutados os funcionários do NEI, sem qualquer preparo para lidar com índios), nem da maioria dos órgãos locais de assistência. Contrariando todos nossos esforços, esses agentes conseguiram difundir entre os jovens Waiãpi uma demanda nova: a demanda de salários. Alegando agora que trabalham, desejam ganhar como ganham os funcionários não-índios. Um convênio entre o NEI e o APINA foi recentemente firmado para essa finalidade. Conseguimos, entretanto, sugerir a adoção de alguns mecanismos de controle das comunidades sobre a distribuição desses pagamentos.

Como consequência desta iniciativa desastrosa, tomada por funcionários do NEI e apoiada por funcionários da Funai, teremos pela frente que lidar com novas demandas: todos os jovens que o CTI formou (em várias áreas técnicas: de motorista a contador do APINA) irão reivindicar salários... Continuaremos negando o uso de verbas oriundas de projetos de capacitação (praticamente todos os projetos do CTI/AP) para esta finalidade e monitorando, se indispensável, a elaboração de convênios com outros órgãos para a concessão aos jovens de ajuda de custo que deverão ser estritamente controladas pelas comunidades locais.

Diversificar o programa de formação de jovens

A única saída é formar os Waiãpi.

Alcançar um número crescente de jovens - dentro do espírito da especialização acima mencionada - é uma meta que, no futuro, priorizamos pelos seguintes motivos: formar uma segunda turma de jovens Waiãpi que atuaram como professores, agentes de saúde, embaixadores, etc... vai permitir desconcentrar e diversificar não apenas os conteúdos repassados aos jovens, mas sobretudo aliviar suas responsabilidades nas aldeias; diante da demanda crescente de mediação com o mundo externo, há poucos jovens preparados para a demanda das doze aldeias, o que os sobrecarrega em termos da gestão de assuntos dos brancos (inclusive a escola) em detrimento de sua participação nas atividades tradicionais; como esses jovens formados pelo CTI não são remunerados, cria-se uma dificuldade a mais. A formação de uma segunda turma permitiria distribuir de forma mais equilibrada a participação dos jovens - formados e em processo de aprendizado - nas tarefas da mediação do contato, sem que eles precisem se considerar especialistas e portanto reivindicar salário pela sua atuação enquanto agentes comunitários.

É também nesse contexto que deve ser avaliada a diversificação das expectativas dos jovens quanto ao conteúdo de sua formação: alguns querem mesmo dar aula e efetivamente se empenham em dar continuidade à alfabetização de crianças em suas aldeias; outros desejam prosseguir nos Cursos do CTI que consideram uma transição para serem monitores de saúde; outros querem aumentar seus conhecimentos das coisas dos brancos - especialmente da matemática - para assumir a gestão administrativa do Conselho /APINA. Quanto aos que atuam como mecânicos e motoristas de suas aldeias, desejam melhorar seus conhecimentos de português, matemática, etc... (esses jovens participam de treinamentos informais, com repasse de

conhecimentos gerais, mas não dos Cursos). De modo geral, todos os jovens atendidos por este programa atuam como embaixadores, o que significa sobretudo servir de interpretes entre os chefes de aldeia e representantes das instituições do estado, entender e repassar informações, pelo rádio, através de cartas e outros documentos, acompanhar as compras, as contas da venda de artesanato e de produtos extrativistas, etc... É essencial, enfim, ter em mente que para os líderes de aldeia, escola e sobretudo curso é exatamente o espaço onde os jovens devem aprender a realizar todas essas mediações. O ritmo de aprendizado, mais lento do que esperavam líderes e famílias dos formandos, é uma das grandes preocupações de todos, comunidade Waiãpi e nós.

Para abrir o debate...

Cabe, neste ponto, ressaltar mais uma vez nossa preocupação quanto à continuidade da linha didática que consideramos adaptada à realidade cultural Waiãpi. Sabemos que a principal dificuldade de nosso programa relaciona-se com o ritmo próprio de apropriação tanto das informações quanto das experiências e alternativas que são propostas aos Waiãpi. Um ritmo que, para quem não está preparado ao trabalho com populações indígenas que mantêm sua organização social e sua cosmologia - como é o caso dos Waiãpi - parece extremamente lento. Um ritmo ainda truncado pela diversidade e distância entre os grupos locais da área. Sabemos também que qualquer alternativa (de qualquer natureza, técnica ou política) apresentada aos índios só poderá ser assumida plenamente quando transposta num formato social e culturalmente adequado, o que exige autonomia local (ao nível de cada aldeia, ou grupo local, mas também da comunidade como um todo) para a seleção das metas e dos meios necessários à realização desses programas.

Para finalizar, cabe ainda mencionar a desconfiança ou hostilização preconceituosa à que estarão submetidos os membros e a diretoria da APINA, dificultando-lhes o aprendizado desta nova forma de representação. É significativa, por exemplo, a recusa do único cartório de Macapá em registrar os estatutos da APINA (elaborados pelos índios em assembleias e revisados - nos seus termos jurídicos - por um assessor do CTI). Como muitas autoridades locais, o dono do cartório se recusa a admitir que os índios tem direito, constitucionalmente, à formas de representação independentes do órgão tutor. Para a maior parte da população regional e dos políticos bem intencionados, os índios (e especialmente os Waiãpi que consideram ao mesmo tempo semi-selvagens e semi-aculturados) não tem futuro fora de um sistema de proteção paternalista. Outros - que defendem a abertura das terras indígenas à mineração - apostam, ao contrário, na libertação da tutela e verão com interesse o surgimento da APINA, que certamente tentarão cooptar. De uma forma geral, a sociedade amapaense não compreende que, se a autonomia é uma reivindicação explícita dos Waiãpi, sua conquista é, por natureza, lenta. A criação da APINA é um passo essencial neste caminho, mesmo que muitos Waiãpi ainda tenham uma compreensão limitada da complexidade dos mecanismos de decisão e de representação de nossa sociedade. Mas é somente através de uma organização como a APINA que eles poderão aprender a se colocar em relação aos interesses e investidas - quase sempre negativas - da sociedade envolvente.

Referências bibliográficas

(*) Este texto, ainda em sua primeira versão, resultou de uma compilação dos relatórios de anuais, de minha autoria, apresentados à Rainforest Foundation / Noruega, que financia desde 1994 o Programa de Educação Waiãpi.

Kahn, Marina - Uma política para educação indígena: as amarras da especificidade - Alfabetização e Cidadania, número 4, dezembro 1996.

Kahn, Marina - A escolarização Waiãpi - in: Aconteceu Povos Indígenas 1991/95, ISA, 1996.

Dominique Tilkin Gallois
Departamento de Antropologia / USP & Centro de Trabalho Indigenista

Coordenadores
Aracy Lopes da Silva
Luís Donisete Benzi Grupioni

XXI Encontro Anual da ANPOCS